



Processo nº : 10845.004747/2002-29  
Recurso nº : 123.670

Recorrente : SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFIÊNCIA  
Recorrida : DRJ-I em São Paulo - SP

### RESOLUÇÃO N° 203-00.579

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto do Relator.**

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 2004.

Leonardo de Andrade Couto  
**Presidente**

Cesário Piantavigna  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Maria Cristina Roza da Costa Maria Teresa Martínez López, Ana Maria Barbosa Ribeiro (Suplente), Emanuel Carlos Dantas de Assis, Valdemar Ludvig e Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva.  
Eaal/imp



Processo nº : 10845.004747/2002-29  
Recurso nº : 123.670

Recorrente : SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA

## RELATÓRIO

Auto de infração (fls. 02/04), lavrado em 09/06/1999, imputou débito de COFINS à Recorrente, que com acréscimos de juros e multa alcançou a cifra de R\$2.791.912,33.

O débito teria sido configurado a partir do inadimplemento da Recorrente quanto à contribuição aludida, devida no período de 05/94 a 12/98.

Após a análise de impugnação ofertada pela entidade, na qual a mesma afirmou figurar isenta da Cofins, decidiu a DRJ em São Paulo/SP (fls. 23/29) por exonerar a contribuinte de parcela do crédito fiscal apurado no auto de infração que instruiu originariamente o processo administrativo nº 10845.002066/99-23 (fl. 23), vindo a exclusão à apreciação desse Conselho de Contribuintes em razão do valor da liberação operada (fl. 29).

É o relatório, no essencial (artigo 31 do Decreto nº 70.235/72).



Processo nº : 10845.004747/2002-29  
Recurso nº : 123.670

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
CESAR PIANTAVIGNA

Entendo que o julgamento do presente processo ressente-se de informações.

Com efeito, o caso em apreço demandava averiguação quanto ao atendimento, por parte da instituição visada na cobrança fiscal, das exigências contidas nos incisos do artigo 55 da Lei nº 8.212/91:

*"Artigo 55. Fica isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 desta lei a entidade benficiante de assistência social que atenda aos seguintes requisitos cumulativamente:*

*I – seja reconhecida como de utilidade pública federal e estadual ou Distrito Federal ou municipal;*

*II – seja portadora do Certificado ou do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional de Serviço Social, renovado a cada três anos;*

*III – promova a assistência social benficiante, inclusive educacional ou de saúde, a menores, idosos, excepcionais ou pessoas carentes;*

*IV – não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeiteiros, remuneração e não usufruam vantagens ou benefícios a qualquer título;*

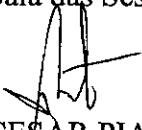
*V – aplique integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, apresentando anualmente ao Conselho Nacional de Seguridade Social relatório circunstanciado de suas atividades."*

Tais apurações, ao que dessumo, foram realizadas em outro feito administrativo (Processo nº 10845.002066/99-23) originado pelo auto de infração acostado às fls. 02/04.

Entretanto, para que seja possível avaliar a idoneidade da exclusão promovida pelo decisório de fls. 23/29 é imprescindível a consulta ao material que, segundo o édito, teria subsidiado o desfecho imprimido à cobrança fiscal. Sem inteiração sobre o conteúdo do processo referido tal exame é impraticável, inviabilizando o controle desta Instância quanto à matéria a ser apreciada no recurso de ofício.

Sendo assim, proponho a conversão do julgamento do feito em apreço em diligência para que se anexe o Processo Administrativo nº 10845.002066/99-23, ou cópia deste, aos presentes autos, a fim de possibilitar a análise do tema que ensejou a exclusão operada por meio da decisão acostada às fls. 23/29.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 2004.

  
CESAR PIANTAVIGNA